

PARLAMENTO

MATO GROSSO

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

ANO XXVII
 Dez/ 2023
 R\$ 8,90
 Edição Nº 10



Infraestrutura

Governo estadual investe R\$ 967 milhões para melhorar a qualidade de vida da população de Várzea Grande

Opinião

João Guilherme Sabino Ometto fala sobre a relação do agro com o Mercosul

Entrevista

Silvio Luiz de Almeida, ministro do Direitos Humanos e de Cidadania





**SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
RONDONÓPOLIS**



CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

LOJA 1 - RONDON PLAZA
LOJA 2 - RUA RONDONÓPOLIS
3065 - CENTRO



Direitos humanos

Em 2023, a Declaração Internacional de Direitos Humanos completou 75 anos e a busca pela igualdade e dignidade sempre foi um objetivo a ser alcançado pelos povos, ainda que as nações não tenham conseguido vencer os obstáculos. Para memorizar esta data histórica, a edição deste mês reproduz uma entrevista com o ministro de Direitos Humanos e de Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, em que aborda os desafios do Brasil em relação ao assunto, o sistema carcerário e a ques-

ção racial. Uma entrevista que aponta caminhos de reflexões e que transitam no âmbito dos Estados e municípios.

Ainda nesta edição, apresentamos alguns resultados do Congresso Nacional em relação ao orçamento e a atuação da bancada federal. No contexto municipal, o orçamento teve destaque e o aumento do número de vereadores para a Câmara de Vereadores. Para as próximas eleições, a casa terá 23 parlamentares.

Boa leitura!

Hulda Rode
Editora-Geral

SUMÁRIO

05 | OPINIÃO | João Guilherme Sabino Ometto

07 | CAPA | Governo investe em Várzea Grande

13 | ENTREVISTA | Silvio Luiz de Almeida, ministro do Direitos Humanos e de Cidadania

15 | BANCADA FEDERAL | PPA é aprovado para o quadriênio 2024-2027

22 | BANCADA FEDERAL

24 | BANCADA FEDERAL | Notas

24 | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

24 | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA | Notas

27 | CÂMARAS MUNICIPAIS

28 | CÂMARAS MUNICIPAIS | Notas



Agronegócio fortalece o Mercosul



João Guilherme Sabino Ometto

A posse de Javier Milei, da coalizão **Liberdade e Avanço**, na presidência da República da Argentina não deve ser tratada como obstáculo às relações diplomáticas e econômicas com o Brasil e os demais países integrantes do Mercosul. Ante as diferenças ideológicas, possibilitadas pela democracia, é determinante a prevalência do diálogo e do entendimento. Afinal, a agenda do bloco em 2024 é de alta relevância, incluindo a necessidade de implementar o acordo com a União Europeia na

qual, aliás, convivem governos de distintos matizes políticos, sem que isso comprometa seu bom funcionamento, o uso do euro como moeda única e todas as regras de produção e comércio.

A importância de fortalecer o Mercosul como agente do desenvolvimento de seus signatários tem forte exemplo no setor agropecuário. Segundo relatório produzido em 2022 pelo Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários da Secretaria de

Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conjunto com a Adidância Agrícola em Buenos Aires, os nossos hermanos são uns dos cinco maiores produtores mundiais de soja, milho, semente de girassol, limão, pera e ervamate. Também são líderes no cultivo de trigo na América do Sul e aumentaram, de modo significativo, as colheitas de soja. Na pecuária, a Argentina posiciona-se em quarto lugar no mundo, com 3 milhões de toneladas anuais de carne.

O Brasil é o quarto produtor de grãos, com 239 milhões de toneladas anuais, e o líder na exportação, assim como na plantação e no comércio internacional de soja, tendo superado os Estados Unidos. O rebanho bovino nacional, o maior do mundo, registrou novo recorde em 2022, chegando a 234,4 milhões de cabeças, segundo dados da pesquisa Produção da Pecuária Municipal 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em outra vertente crucial a agenda do clima, o Brasil vai se destacando na geração de energia mais limpa e de fontes renováveis, tendo, ao lado de seus parceiros do Mercosul, posição estratégica na transição à chamada economia verde. Indicador referencial disso é o etanol. Conforme a última projeção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), deveremos produzir 33,8 bilhões de litros na safra 2023/24, sendo 27,7 bilhões de cana-de-açúcar, o que nos dá a liderança mundial no segmento, e 6,1 bilhões de milho.

Cabe lembrar, ainda, que, na Cúpula do G20, realizada em setembro último, em Nova Delhi, na Índia, foi lançada a Aliança Global para Biocombustíveis, visando aumentar produção e uso, com o propósito de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Liderado pelo país anfitrião do encontro, o Brasil e os Estados Unidos, os três maiores produtores, o novo organismo teve adesão inicial de 19 nações, dentre elas a Argentina. É mais uma pauta que nos une aos nossos vizinhos, onde o consumo de etanol, em 2022, foi estimado em 1,1 bilhão de litros, volume recorde, segundo o escritório em Buenos Aires do Departamento de Agricultura norte-americano (USDA).

João Guilherme Sabino Ometto

Outra questão relevante para o Mercosul é relativa ao fornecimento de adubos, cuja demanda tem sido atendida, mas enfrenta obstáculos ligados ao cenário geopolítico externo. Precisamos reduzir a dependência das importações, acelerando o Plano Nacional de Fertilizantes. Pondero que é muito distante o ano de 2050, conforme originalmente previsto, para sua plena concretização. O programa será uma contribuição significativa de nosso país ao bloco.

Também relevantes em termos da oferta de adubos e no aspecto ecológico são os bioinsumos, já produzidos por algumas propriedades rurais brasileiras para consumo próprio. São obtidos principalmente pela compostagem de esgotos e efluentes industriais e agropecuários. Trata-se de um processo perfeito de economia circular, pois resíduos que seriam passivos ambientais e engrossariam o volume destinado aos aterros sanitários retornam ao ciclo econômico, gerando renda, empregos e investimentos. Temos grande potencial para aumentar sua produção e uso, ainda incipientes.

É pertinente ressaltar que os produtores rurais brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios compartilham metas relevantes quanto à produção sustentável, aporte tecnológico e utilização mais racional de defensivos. Há conqui-



tas expressivas nessas áreas, mas é preciso avançar ainda mais, inclusive no sentido de harmonizar os processos produtivos entre os países-membros do Mercosul. Nesse sentido, seria relevante a participação da Embrapa, referência mundial em pesquisa e inovação na área.

Fiz questão de sintetizar os dados e os desafios do agronegócio no bloco para enfatizar sua força no atendimento às necessidades globais quanto a segurança alimentar, commodities, bioenergia e soluções para combater o aquecimento do planeta. Temos tudo o que a Terra mais precisa. Por isso, em vez das ervas daninhas de um eventual desentendimento político, devemos cultivar a cooperação, a sinergia e o respeito à diversidade porque juntos somos muito mais fortes para proporcionar aos nossos povos o direito a uma vida melhor.

João Guilherme Sabino Ometto é engenheiro, empresário e membro da Academia Nacional de Agricultura

Governo Estadual investe R\$ 967 milhões para melhorar asfalto em Várzea Grande



Foto: Christiana Antonucci

Dentre os investimentos estão a construção da Estação de Tratamento de Água e a ponte que liga o Parque do Lago ao Parque Atalaia, em Cuiabá

Guilherme Blatt

O município de Várzea Grande recebe investimentos de R\$ 967 milhões, do Governo de Mato Grosso, em obras de infraestrutura. São recursos aplicados na mobilidade urbana, melhoria de asfalto nos bairros, iluminação pública, habitação e fornecimento de água.

Uma das principais demandas de Várzea Grande, a falta de água foi objeto de um convênio da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) com a Prefeitura, por meio do qual foi efetuado o repasse de R\$ 26,9 milhões para a construção de uma Estação de Tratamento de Água na

Barra do Pari. O município é o responsável por executar as obras.

A ETA tem capacidade para captar 250 litros de água por segundo e conta com adutoras, estação de água e reservatórios com capacidade para armazenar 4,5 milhões de litros. Também em parceria com a prefeitura, o Governo executa diversas obras urbanas. Apenas para restaurar e construir asfalto novo em diversos bairros foram repassados R\$ 70 milhões, por meio de três convênios.

Os bairros Eldorado/Cidade de Deus, Jardim Alá, Paiaguás, Capão

do Pequi, Jardim Glória, Pirineu receberam recursos para obras de asfaltamento. Já o Jardim Aeroporto, Embauval, Santa Isabel, Jardim Imperador, Novo Horizonte, Nova Várzea Grande, Ponte Nova, Nossa Senhora da Guia, Jardim Paula, Figueirinha, Panorama, Água Vermelha, Residencial Celestino Henrique, Eldorado/Cidade de Deus, Marajoara, Jardim dos Estados, Mapim, Jardim Glória, Centro, Cohab Nair Sacre, São Matheus, e São Marcos receberam investimento para recuperação do pavimento.

A Sinfra-MT também firmou

convênios para implantação de asfalto na Rua Nova Esperança, do bairro Boa Esperança, e no bairro Alto Bela Vista, com repasse de R\$ 6,7 milhões.

Também em parceria com a Prefeitura, o Estado está levando iluminação pública com luminárias de LED para Várzea Grande. Foram entregues 23.856 luminárias, com um custo estimado em R\$ 20,2 milhões. As luminárias já estão instaladas em avenidas importantes, como 31 de Março e Júlio Campos, e em bairros como Jardim Glória, Figueirinha, Jardim Paula, Panorama, Itororó e São Matheus.

Mobilidade

Para melhorar o trânsito na cidade, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística está realizando as obras para implantar BRT, passando por Várzea Grande e Cuiabá. A obra foi contratada por R\$ 468.031.500,00.

As principais obras de concretagem nas Avenidas da FEB e João Ponce de Arruda deverão terminar até o segundo semestre de 2024, com a construção das estações, recapeamento das vias, melhorias em calçadas e a construção de um novo terminal de Integração.

Com o BRT, a expectativa é que uma viagem entre Várzea Grande e o Centro de Cuiabá possa ser realizada em 42 minutos por meio da Linha Expressa, trazendo um incentivo ao uso do transporte público, que será realizado em veículos novos e elétricos, sem emissão de poluentes e sem ruídos.

Outra obra importante é a construção da nova ponte sobre o Rio Cuiabá, no bairro Parque do Lago. Essa será uma nova ligação entre as duas cidades, desafogando o trânsito na região da ponte Sérgio Motta e beneficiando toda a área do Grande Cristo Rei. A ponte e o acesso recebem um investimento de R\$ 71,8 milhões.



Foto: Mayke Toscano/Secom-MT



Foto: Daniel B Mendes/Secom-MT

A duplicação da Avenida Filinto Muller, finalizada em 2020 (R\$ 22,4 milhões), e Avenida Chapéu do Sol (R\$ 14,5 milhões), em uma nova área de desenvolvimento da cidade, são outros dos investimentos finalizados pela atual gestão.

O rodoanel de Cuiabá e Várzea Grande é outro importante investimento para a cidade. O primeiro trecho de 21 km, ligando a BR-364 no município até a MT-251, na capital, está em andamento, com um investimento de R\$ 206 milhões.

O rodoanel vai ajudar a desafogar o trânsito dentro da cidade, inclusive diminuindo o fluxo de caminhões na Rodovia dos Imigrantes, que corta alguns bairros da cidade industrial.

Habitação

A atual gestão repassou R\$ 8,2 milhões para a retomada das obras no Residencial Santa Bárbara (já entregue) e Colinas Douradas (em andamento). O valor vai garantir a entrega de 2.424 moradias do programa federal de habitação para famílias carentes, que começaram em 2013.

Por fim, a Sinfra-MT assinou a ordem de serviço para retomada das obras no COT do Pari. O local, previsto inicialmente para a Copa do Mundo de 2014, será transformado em um Centro de Treinamento das Forças de Segurança, trazendo melhorias para toda a região.



Uma das principais demandas de Várzea Grande, a falta de água foi objeto de um convênio da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) com a Prefeitura, por meio do qual foi feito o repasse de R\$ 26,9 milhões para a construção de uma Estação de Tratamento de Água na Barra do Pari. O município é o responsável por executar as obras.

"O povo tem de ser protegido", diz ministro Silvio Luiz de Almeida



Ministro do Direitos Humanos e da Cidadania faz um balanço do primeiro ano na pasta e dos 75 anos da Declaração Internacional de Direitos Humanos em meio à polarização entre esquerda e direita

Henrique Lessa, Mariana Niederauer e Rosane Garcia

A declaração Universal dos Direitos Humanos completou 75 anos, por meio de uma promulgação que aconteceu em 10 de dezembro de 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU). O documento tem princípios basilares para uma convivência harmônica de todos os povos do planeta: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos". Mas, nessas sete décadas e meia, Brasil e várias nações ainda não conseguiram vencer os obstáculos para cum-

prir esse objetivo de tornar as sociedades mais fraternas.

Em entrevista, publicada originalmente no *Correio Braziliense*, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, comenta sobre as ações do governo na defesa desses princípios, construídos no momento em que o mundo ainda estava horrorizado com a tragédia da Segunda Guerra Mundial, e defende a soberania do povo. O ministro reconhece os desafi-

os na área em um ambiente polarizado. Além disso, atribui os ataques da oposição à pressão contra a política da pasta que comanda.

Acadêmico e pesquisador da questão racial, Almeida diz que o combate ao racismo é fundamental para o cumprimento do compromisso do país com os direitos humanos e defende uma reforma urgente no atual modelo carcerário, mas a privatização é inaceitável. Para o ministro, 2023 foi um ano de tra-



“O povo tem de ser protegido, o povo é soberano. Nós temos que proteger o povo brasileiro”, disse o ministro Silvio Luiz de Almeida.

balho intenso, mas de uma grande alegria e o maior desafio: o nascimento da primeira filha, Anesu.

Em dezembro, celebramos o dia dos Direitos Humanos. Qual a programação para a data?

Setenta e cinco anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É um privilégio poder ser ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania do meu país neste momento de celebração. Esses 75 anos marcam uma conquista muito importante da humanidade, depois de um momento muito difícil, em que a própria noção de humanidade teve de ser reconfigurada, depois de tudo o que vivenciamos nas duas grandes guerras, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Foi um momento de repensar. Muitas questões que, hoje, consideramos fundamentais no campo dos direitos humanos se colocaram com muita força, como a questão racial. A luta contra as discriminações, todas elas, passam a ser uma questão fundamental na luta dos direitos humanos. Mais do que isso, passaram a ser um compromisso dos Estados em relação à proteção desses grupos minoritários, historicamente discriminados. A gente tem de pensar nessa efeméride em relação aos problemas que o Brasil enfrenta. Temos várias coisas programadas, desde eventos de comemoração, que fazem parte de uma recomposição do imaginário social, de uma simbologia.

Direitos humanos são transversais, mas são de esquerda ou de direita?

Eu tenho dito que o campo dos direitos humanos se tornou o principal campo da batalha civilizatória do nosso tempo. Eu digo isso não apenas baseado na experiência como ministro, mas olhando também para tudo o que tem acontecido no mundo nos últimos anos, com a ascensão da extrema-direita, com a renovação dos ímpetos fascistas. E lembrando que foi contra o fascismo que se ergueu toda a proteção dos direitos humanos. As crises que estamos enfrentando, econômicas, das instituições políticas capazes de apaziguar os conflitos sociais, tudo isso, tem aberto um espaço que faz com que algumas pessoas questionem quem é humano e quem não é. É isso o que está em jogo: determinar quem faz parte da humanidade e quem não faz

parte da humanidade; quem pode ser exterminado e quem pode continuar vivo; quem vai ser abandonado e quem pode viver em um mundo com dignidade.

Esse é o ponto e, embora exista essa distinção entre esquerda e direita, e isso ainda tenha um sentido no nosso mundo, não é esse o caso. Então, quando alguém me pergunta o que são os direitos humanos, eu falo o seguinte: 'Você se incomoda quando vê alguém sofrendo?' Se você acha que uma pessoa tem que ter o direito a comer, a cuidar da sua família, a ter um teto sobre a sua cabeça, a morar com dignidade; que uma mulher possa ter segurança, que ela possa andar nas ruas sem medo de ser violentada, sem medo de ser agredida; que um trabalhador, uma trabalhadora tem que ter direito ao salário digno, tem que ter direito a criar sua família com decência, a ter um descanso, a poder ter esperança... Eu sempre junto os direitos humanos com a esperança, e se a gente acha que as pessoas têm de ter direito a esperar uma vida melhor, uma vida digna, a ter saúde, a ter educação, se você comunga isso comigo, independentemente da sua posição política, não importa se você é de direita ou de esquerda: nós temos alguma coisa em comum, nós temos a defesa dos direitos humanos como algo que nos é fundamental.

Uma comissão da ONU está avaliando a situação dos direitos humanos no Brasil. O senhor teve contato com esses enviados?

Ainda não, mas estou sempre à disposição para conversar. Olha que curioso, mesmo nos tempos mais sombrios da nossa história, o Brasil sempre se notabilizou pela sua inserção no sistema internacional de direitos humanos. Nós ratificamos algumas convenções internacionais ainda nos anos 1964, 1965. O país tem essa tradição de ser um ator importante no campo dos direitos humanos. E, quando a gente vai para o campo Internacional falar a respeito disso, de alguma maneira, isso ajuda a pressionar as autoridades brasileiras a olharem para aquelas pessoas que estão sendo historicamente discriminadas. Veja o caso dos lanomâmi no início do ano: foi depois de uma decisão, de uma medida cautelar, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ignorada pelo governo anterior, que ficamos sabendo de tudo o que

estava acontecendo no território Ianomâmi. Então, a atuação internacional, ao contrário de submeter a nossa soberania, ela fortalece a nossa soberania, porque não existe sentido em falar de soberania sem o povo. O povo tem de ser protegido, o povo é soberano. Nós temos que proteger o povo brasileiro.

A maioria da população carcerária é negra e boa parte dela sem sentença. Como explicar isso?

Nós entramos num problema muito sério, um problema que o Brasil vai ter de discutir com seriedade. O presidente Lula teve a intuição de pensar nisso, mas agora nós estamos vendo que essa coisa vai ficar muito pior. Não estamos mais falando de esquerda e de direita. Quem acha que vamos conseguir criar um país, minimamente decente, pacífico e livre do crime organizado com esse sistema carcerário que nós temos, essa pessoa não é nem de esquerda, nem direita: essa pessoa é alucinada. Essa pessoa quer que o país se afunde em sangue e em fogo. O que está organizando o crime organizado no Brasil é justamente a situação que nós vivemos no sistema carcerário. Nós não podemos continuar desse jeito.

São 561 mil detentos negros em uma população de 830 mil presos, 370 mil destes ainda sem uma decisão judicial final. Isso não consolida uma expressão de racismo?

É isso, e isso não serve para ninguém. O que acontece dentro do sistema carcerário acaba se espalhando para o resto da sociedade brasileira, para as periferias. A lógica de funcionamento desse sistema acaba indo para a periferia, nos lugares onde não existe Estado, e isso vai alimentando o crime organizado. Onde tem a ausência do Estado? Dentro do sistema carcerário e nas periferias. É lá onde tem organização criminosa do tráfico, onde tem milícia, que se alimenta também dessa situação. E isso vai também reverberando na vida dos seres humanos que merecem todo o nosso respeito, consideração, que são os policiais. Os policiais também são vítimas disso, muitos desses policiais, que são trabalhadores, têm que esconder a farda para ir a esses lugares onde o crime organizado comanda e onde o Estado está ausente. Se a gente não começar a olhar isso de maneira científica com ciência, e não



apenas com ideologia, nós não vamos conseguir fazer do Brasil um país decente. Nós precisamos olhar para o sistema carcerário e o que está acontecendo lá: falta saúde, tem um índice de tuberculose dentro das unidades prisionais 75% maior do que na população em geral e morrem 22 mil pessoas por ano dentro do sistema. Morre-se muito sob a custódia do Estado, morre-se de doença, por violência, são 60 por dia dentro do sistema carcerário. E estou falando de unidades socioeducativas e unidades prisionais, os problemas são quase os mesmos. Se sabe o que está acontecendo, por que não se faz nada? Porque não se quer.

E a privatização dos presídios?

Isso é inaceitável, essa é uma não-discussão. Quando geralmente se fala em privatização, é para tornar as coisas mais eficientes, melhores. Mas não existem exemplos no mundo em que se torna melhor.

O senhor falou sobre educação. No Pisa, observamos um grande déficit do país na área. Isso é uma questão para os direitos humanos?

Sem dúvida! A educação é também, isso está nos grandes documentos internacionais, nas declarações de direitos, que falam que o direito à educação é um direito humano. Agora, esses números surgem justamente porque o governo faz um balanço de tudo o que aconteceu nos últimos anos. Esses números são fundamentais para que se possa melhorar. O que vimos nos últimos anos foi um apagamento dos dados, que agora estão

aparecendo. Esses números nos fazem reorientar e criar uma estratégia nacional para mudar essa realidade. É isso que precisamos fazer, mas precisamos ser confrontados com a verdade. E a verdade é essa que aparece aqui, e vamos agir. Mas a dignidade das pessoas está relacionada a um projeto que também é econômico, não adianta ficar só no campo da abstração.

As pessoas têm de ter comida; as pessoas têm de ter saneamento básico 40% dos brasileiros não têm banheiro dentro de casa, não têm sistema de esgoto. Isso é um descalabro, é um absurdo. É importante que a gente tenha os técnicos, mas tem de ter as pessoas que são capazes de pensar o Brasil. A gente tem de criar um Paulo Freire, um Anísio Teixeira, no Brasil, que pense no futuro. Paulo Freire, quando ele vem com todas as suas ideias, é justamente no pós-guerra. Veja que interessante, depois de 1945, surge toda uma geração que vai ser interrompida pelo golpe de 1964, que foi um golpe contra a inteligência brasileira. Os processos educacionais são para criar essa subjetividade ligada ao Brasil. Esse brasileiro precisa aprender a ler e a escrever, e ele precisa ser educado a partir da realidade dele, para poder transformar a realidade.

A ministra Anielle Franco (da Igualdade Racial) falou sobre policiais negros matando negros e apontou que um dos problemas é a falta desse letramento étnico-racial na formação da polícia. Como o senhor vê isso?

É o que escrevi no meu livro: o

racismo é estrutural. Significa que o racismo não pode ser visto a partir dos sujeitos. Os indivíduos são forçados dentro dessa lógica em que o racismo se torna algo que normalizamos, "naturalizamos". Essa distinção entre pessoas negras e brancas tem repercussões na vida e na organização social. Essa sociedade "normal" não é normal, é politicamente construída e internalizada ideologicamente para que nos pareça algo natural. Mas veja: policiais negros, assim como os brancos, são o resultado de uma sociedade racista.

O Frantz Fanon (psiquiatra e filósofo francês) dizia que a luta contra o racismo não é apenas a luta contra os atos discriminatórios, mas é a luta contra a lógica que faz com que o mundo seja dividido em negros e brancos. É a superação da raça como um elemento classificador das pessoas. Não é de se estranhar que um negro e que um policial negro tenha uma visão atravessada pelo racismo, que implica na visão que ele tem sobre si. Muitas vezes, para que você se sinta parte de um grupo, você precisa agir como esse grupo, e até ser mais rígido para demonstrar o quanto difere das pessoas que o grupo rejeita.

O letramento étnico-racial na sala de aula?

Temos de produzir um imaginário nacional, dar alternativas a essa prisão, a essa gaiola do presente, a esse deserto do real. Imagina só ficar preso no presente, pensando no dia seguinte: "Como é que eu vou comer amanhã? Como é que eu vou fazer?" Trabalho, vai e volta. E essa tem sido a vida dos brasileiros. Imagina esse pessoal que trabalha de aplicativo. No pós-guerra, as pessoas fizeram um projeto, para ter um espaço de trabalho, de industrialização, e o espaço do sonho, criando uma indústria cultural. Hoje, estamos suprimindo até esses espaços, é impressionante. Suprimir os espaços onde as pessoas podem sonhar. Se não tiver tempo físico, se a gente não liberar as pessoas desse trabalho repetitivo, não vai haver o espaço do sonho, e não vai haver esperança.

A sua indicação para o ministério foi muito celebrada e simbólica. Como foi para o senhor assumir essa importante missão?

É um grande desafio, é o segun-

do maior desafio da minha vida este ano, o primeiro foi o nascimento da minha filha, da minha menina Anesu. O meu maior desafio é ser pai, pai de menina, pai de uma mulher preta, entender o que é isso, me preparar para isso. E o segundo maior desafio é ser ministro de Estado de Direitos Humanos num país que está sendo, nos últimos anos, adestrado a odiar os direitos humanos e, portanto, a odiar a si mesmo. Mas sou muito grato por essa oportunidade, com todos os problemas e desafios.

Dá para contar com um Congresso dividido para metas tão ousadas? E o senhor se tornou o alvo preferencial da extrema direita bolsonarista, a que atribui esse "carinho"?

Cada dia é um dia de luta, a gente vai lutando, a gente vai criando estratégias, e muitas coisas não dependem só do Congresso como algumas políticas públicas. Mas a gente tem avançado, por incrível que pareça. Aprovamos o projeto de lei da igualdade salarial entre homens e mulheres; aprovamos na Câmara dos Deputados o projeto da deputada Erika Hilton (PSol-SP), que dá direitos à população em situação de rua; houve a revisão da Lei de Cotas, que aprimorou o sistema. Em relação ao "carinho", que alguns me atribuem, e eu realmente recebo carinho de alguns não da oposição, mas até na oposição tenho uma conversa muito interessante, muito cordata, muito urbana, muito civilizada com alguns, isso faz parte do jogo.

Mas há outros personagens que não têm nada para apresentar ao Brasil, só sabem instigar o ódio. São bárbaros mesmo, têm hordas. Querem estimular todo o tipo de ódio e ofensa e vão falando para os seus. Não acho que eles me escolheram como alvo, acho que a questão é a política de direitos humanos. A estratégia é dizer que os problemas do Brasil são porque existe uma política de direitos humanos, que abre espaço para a criminalidade, quando, na verdade, é o contrário. Muitos dos que vêm falar estão vinculados a milícias, fazem homenagem para torturadores, empregam assassinos e membros de organizações criminosas, são notórios espalhadores de notícias falsas. Manipulam, não só a noção de direitos humanos, mas até a noção de liberalismo ou de liberdade.

O ministério vem trabalhando nos históricos da escravidão?

Temos uma assessoria de memória e verdade do ministério, que é comandada por um ex-ministro, um grande amigo, o sempre ministro Nilmário Miranda, nosso primeiro ministro de Direitos Humanos do Brasil. E nós temos uma assessoria especial também sobre o tráfico transatlântico e a escravidão negra no Brasil. Com o Ministério da Cultura e o Ministério da Igualdade Racial, criamos os pontos de memória da escravidão no Brasil. A política de memória é fundamental no campo dos direitos humanos. Memória, verdade e justiça, para não repetir. Lembrando que, no ano que vem, vamos ter que lidar com os 60 anos do golpe militar de 1964. Esse é um ponto que nós estamos planejando, ainda vendo como vamos fazer, mas é uma data que, inevitavelmente, teremos de enfrentar.



Silvio Luiz de Almeida é ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, advogado, professor universitário, doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito (USP), bacharel em Filosofia (USP), consultor técnico da Federação Quilombola do Estado de São Paulo, especialista em Direito Empresarial e Terceiro Setor. Foto: Gustavo Bezerra

CMO aprova relatório preliminar do Orçamento de 2024

A presidente da comissão mista, senadora Daniella Ribeiro, ao lado do relator-geral, deputado Luiz Carlos Motta.



Foto: Edison Rodrigues/ Agência Senado

O texto promove um cancelamento de R\$ 2 bilhões nas despesas previstas pelo governo, que estão em torno de R\$ 2,2 trilhões

Agência Câmara

A comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório preliminar do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 (PLN 29/2023). O texto promove um cancelamento de R\$ 2 bilhões nas despesas previstas pelo governo, que estão em torno de R\$ 2,2 trilhões. O corte foi linear entre os ministérios para que os recursos possam ser redistribuídos pelo Congresso Nacional.

O relator-geral, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), também estabeleceu tetos diferenciados para os cancelamentos que poderão ser feitos pelos 16

relatores setoriais do Orçamento. Eles poderão cancelar até R\$ 4 bilhões, mas os limites por área foram definidos de maneira proporcional à participação de cada pasta no Orçamento. Pelos critérios aprovados, os maiores remanejamentos ocorrerão nas áreas de Infraestrutura e de Cidades.

O relatório preliminar não é o texto final do Orçamento federal. Agora os 16 relatores setoriais vão apresentar os seus pareceres sobre as áreas temáticas das despesas da União. A CMO deve analisá-los de acordo com a presidente da comissão mista, senadora Daniella

Ribeiro (PSD-PB). Depois disso, o relator-geral poderá elaborar o relatório definitivo, que será votado pelo Congresso.

A presidente da CMO pediu a colaboração dos parlamentares para o cumprimento dos prazos.

A CMO já havia aprovado o relatório das receitas referente à LOA 2024. O texto traz um acréscimo de R\$ 813 milhões na estimativa da receita (já descontadas as transferências obrigatórias para estados e municípios), fruto de reavaliação dos preços do petróleo e do dólar. Luiz Carlos Motta destinou o valor

para uma reserva financeira.

Cancelamento

Na prática, o relatório preliminar do Orçamento apenas define regras para as alterações na proposta. O cancelamento linear de R\$ 2 bilhões, por exemplo, foi feito em programações que tinham valor superior a R\$ 1 milhão. Este recurso será distribuído da seguinte forma:

- 55% para emendas coletivas de execução não obrigatória;
- 25% para bancadas estaduais;
- 20% para emendas coletivas conforme critérios dos relatores setoriais (as emendas coletivas são as de bancadas e as de comissões permanentes).

Fundo eleitoral

Na discussão do relatório, os deputados e senadores voltaram a cobrar uma solução para o corte de R\$ 4 bilhões dos R\$ 12,5 bilhões reservados às emendas de bancadas estaduais para compor o Fundo Eleitoral. O relator disse que isso ainda será discutido.

“A redação que propomos reconhece o impasse quanto a esse assunto e não pretende definir tal questão”, disse Luiz Carlos Motta.

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) sugeriu a destinação de pouco mais de R\$ 2 bilhões para o fundo, que foi o valor usado em 2020.

Para o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), é preciso preservar o fundo. “Foi um avanço muito grande, porque nós temos uma transparência hoje enorme nas campanhas eleitorais. Qualquer um sabe como é distribuído o dinheiro entre os partidos e como os partidos distribuem o dinheiro entre os seus candidatos”, ponderou.

Riscos

Em seu relatório, Luiz Carlos Motta destacou alguns “riscos” para a execução orçamentária em 2024 contidos na proposta orçamentária:

- Expectativa otimista de crescimento econômico de 2,3% em 2024;
- Receitas condicionadas à aprovação de proposições legislativas no

montante de R\$ 168,5 bilhões;

- Efeitos da desoneração da folha de pagamento (vetos à lei em discussão);
- Pagamento subestimado de benefícios previdenciários;

• Eventual revisão geral da remuneração dos servidores públicos ou adoção de novas reestruturações de planos de cargos e salários em 2024.

Principais despesas primárias do Orçamento 2024		
Área	Valor	% do total
Previdência Social	R\$ 919 bi	30,0%
Transferências para estados e municípios	R\$ 507 bi	16,6%
Pessoal	R\$ 407,1 bi	13,3%
Investimentos	R\$ 210,2 bi	6,9%
Bolsa Família	R\$ 168,6 bi	5,5%
Novo PAC	R\$ 152,4 bi	4,98%
Benefício de Prest. Continuada e Renda Mensal Vitalícia	R\$ 100,6 bi	3,3%
Seguro-desemprego	R\$ 50,5 bi	1,6%
Precatórios	R\$ 32 bi	1%
Abono salarial	R\$ 28,1 bi	0,9%
Fundos constitucionais Centro-Oeste, Nordeste e Norte	R\$ 26,4 bi	0,9%
Minha Casa Minha Vida	R\$ 13,7 bi	0,4%
FNDCT	R\$ 12 bi	0,4%
Transferências ao setor privado	R\$ 11 bi	0,4%
Fundo partidário	R\$ 1,2 bi	0,04%
Fundo eleitoral	R\$ 0,9 bi	0,03%

Renúncias fiscais em 2024		
Benefício	Valor	% do total
Simplex Nacional	R\$ 125,4 bi	23,9%
Agricultura e agroindústria	R\$ 58,9 bi	11,3%
Isenções do IRPF	R\$ 51,3 bi	9,8%
Entidades sem fins lucrativos	R\$ 41,9 bi	8,0%
Desenvolvimento regional	R\$ 40,7 bi	7,8%
Deduções do IRPF	R\$ 33,1 bi	6,3%
Zona Franca de Manaus e outras áreas de livre comércio	R\$ 32,7 bi	6,2%
Medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos	R\$ 19,7 bi	3,8%
Poupança e títulos de crédito (imobiliário e agro)	R\$ 18,8 bi	3,6%
Benefícios do trabalhador	R\$ 18,4 bi	3,5%
Outros	R\$ 82,7 bi	15,8%
Total	R\$ 523,7 bi	100%

Fonte: Agência Senado

O relator-geral, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), também estabeleceu tetos diferenciados para os cancelamentos que poderão ser feitos pelos 16 relatores setoriais do Orçamento. Eles poderão cancelar até R\$ 4 bilhões, mas os limites por área foram definidos de maneira proporcional à participação de cada pasta no Orçamento.

NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA.



NO TRÂNSITO, FAÇA SE BEBER, NÃO DIR

**Use o cinto de segurança,
e respeite a sinalização e o limite de velocidade.
Quem dirige tem suas escolhas.
E também consequências.**



A ESCOLHA CERTA: ÁGUA.

de.



**Governo de
Mato
Grosso**

Deputado Federal José Medeiros reafirma a emenda de 30 milhões para adquirir equipamentos hospitalares

A obra no hospital está prevista para ser concluída em 2024.



Foto: Divulgação

As obras do Hospital Roosevelt Figueiredo Lira estão contempladas no direcionamento do recurso

Da Redação

O deputado federal José Medeiros (PL) esteve em Barra do Bugres para visitar as obras de reforma e ampliação do Hospital Roosevelt Figueiredo Lira que estão sendo realizadas pelo Governo de Mato Grosso, em parceria com a gestão municipal.

Na ocasião o deputado reafirmou o compromisso com a população Barrabugrense com a emenda de aproximadamente 30 milhões destinados para a aquisição de mobiliário e equipamentos à unidade de saúde.

Esse valor vem através de emenda de bancada dos deputados mato-grossenses.

“Foi um compromisso que fiz ainda na outra legislatura, estou acompanhando a reforma vejo que faltou alguns recursos e que vamos completar no valor de quase 30 milhões, mas o que eu fico contente é de vir visitar e saber que as coisas estão andando, tudo que precisava na parte burocrática está tudo sana-

do, muita competência de toda equipe da prefeitura, e principalmente a obra andou bastante desde a última visita, até final do ano esperamos este hospital de portas abertas atendendo Barra do Bugres e Região”, salientou Medeiros.

A secretária de saúde Naila Cristina ressaltou a importância do trabalho realizado em equipe e com transparência.

“Tudo isso mostra a união e



competência de toda nossa equipe, que não mediram esforços para finalizarem toda parte de documentações necessárias, e o principal, o apoio da gestão que visam o melhor para a população, lembrando também que estamos fazendo um trabalho com muita transparência”, disse Naila

O sonho dos moradores de ver o hospital de portas abertas novamente será realidade e a população terá um atendimento com mais qua-

lidade conforme o secretário Carlos Pereira, que aproveitou para agradecer ao deputado Medeiros todo apoio. “Mais uma vez quero agradecer ao deputado Medeiros que vem nos atendendo muito aqui no nosso município, eu tenho certeza que a população será muito bem servida com os atendimentos que teremos, as conversas que esta emenda não virá, isso não existe, na verdade já está cadastrado, está tudo certo e muito em breve esse valor cai na conta para começarmos a aquisição dos equipamentos”, ressaltou Carlos.

“Foi um compromisso que fiz ainda na outra legislatura, estou acompanhando a reforma vejo que faltou alguns recursos e que vamos completar no valor de quase 30 milhões, mas o que eu fico contente é de vir visitar e saber que as coisas estão andando, tudo que precisava na parte burocrática está tudo sanado, muita competência de toda equipe da prefeitura, e principalmente a obra andou bastante desde a última visita”, salientou o deputado federal Medeiros.



Deputados de MT assina como co-autores da CPI que investiga STE e TSE

Os deputados Abílio Brunini, Amália Barros, José Medeiros e Coronel Fernanda, todos do PL, e Coronel Assis (União), parlamentares que compõem a bancada de Mato Grosso na Câmara Federal, assinaram como co-autores do requerimento que pede a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (RDP) que visa investigar supostos abusos de autoridade por membros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF). A CPI quer apurar suposta violação de direitos e garantias fundamentais, a prática de conduta arbitrária sem a observância do devido processo legal.



Câmara aprova aumento de pena para crimes sexuais contra crianças

Com relatório da deputada Coronel Fernanda (PL), a Câmara dos Deputados aprovou a proposta de autoria da deputada Sílvia Waiãpi (PL-AP), que aumenta as penas para crimes cometidos contra menores de idade. De acordo com o texto, a pena para esse crime deixará de ser a progressão entre 8 e 15 anos, partindo do encarceramento por 12 anos e chegando à pena máxima de 20 anos.



CCJ aprova Leonardo Magalhães para Defensor Público-Geral

Relatada favoravelmente pelo senador Jayme Campos (União), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou com 19 votos favoráveis, por unanimidade, a indicação de Leonardo Cardoso de Magalhães para o cargo de defensor público-geral federal da Defensoria Pública da União (DPU).



Wellington Fagundes é eleito como o melhor parlamentar de MT

O senador Wellington Fagundes (PL), foi considerado o melhor parlamentar de Mato Grosso em 2023, segundo o site Ranking dos Políticos. O levantamento feito pelo portal avalia senadores e deputados federais em exercício, classificando-os de acordo com os critérios de combate aos privilégios, aos desperdícios e à corrupção no poder público.

Medeiros afirma que Governo Federal usa reforma tributária para aumentar impostos

O deputado José Medeiros (PL), criticou o Governo Federal citando que o objetivo do Executivo com a reforma tributária é aumentar os impostos, penalizar o cidadão, como forma de compensar o crescimento do estado e má gestão. Além do aumento de impostos, Medeiros afirma que a reforma também pode causar impacto negativo na vida da população com o crescimento dos índices de desemprego.



ALMT aprova PPA para o quadriênio 2024-2027



Sessão ordinária na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Foto: J. Siqueira/ALMT

A mensagem define diretrizes, objetivos e metas da administração pública

Flávio Garcia

Os deputados estaduais de Mato Grosso aprovaram em primeira votação, no dia 13 de dezembro, durante sessão ordinária, o Projeto de Lei 1758/2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027. Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), o PL foi aprovado acatando as emendas 02, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 30 e rejeitando as emendas 01, 03, 04, 07, 08 e 29.

O artigo 1º diz que “a lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2004/2027, apresentando diretrizes,

objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, em cumprimento às disposições contidas no artigo 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 162, parágrafo 1º, da Constituição Estadual de 1989”.

Em justificativa à mensagem, o governo argumenta que “o Plano Plurianual - PPA - desempenha um papel central na sistemática de planejamento público do Governo do Estado de Mato Grosso. Enquanto instrumento de planejamento de médio prazo, o PPA define para um horizonte de quatro anos, as diretrizes, os objetivos, os pro-

gramas e as ações do governo, bem como os seus respectivos produtos, indicadores e metas”.

Cita que “esse conjunto de informações orienta o processo decisório e a formulação e execução dos demais instrumentos de planejamento e orçamento do Estado, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano de Trabalho Anual (PTA) e Lei Orçamentária Anual (LOA)”.

Conforme o governo, “no quadriênio 2024-2027, o PPA foi integrado ao Modelo de Gestão Estratégica do Estado de Mato Grosso, baseando-se no

conceito de Governança Pública para Resultados. O referido modelo consiste em integrar instrumentos e processos de gestão pública para alcançar as metas e resultados planejados e garantir a entrega de serviços públicos de excelência à sociedade”.

Outro argumento é o de que “a elaboração do PPA 2024-2027 reflete os compromissos assumidos no nosso primeiro Plano de Governo, os resultados oriundos das diversas ações e projetos da atual gestão, bem como os compromissos assumidos no processo eleitoral como prioridades deste governo, e legitimados pela sociedade. Eles representam mudanças sociais, econômicas e na gestão pública do Estado”.

O PPA 2024/2027 prevê um orçamento de R\$ 153,4 bilhões para os próximos quatro anos. Do total planeja-

do de R\$ 153,4 bilhões, o governo mostra que vai investir em eixos de planejamento, como eixo social, eixo econômico,

terá o maior aporte de investimentos, calculado em R\$ 37,2 bilhões. Desse total, o governo vai investir R\$ 2,258 bilhões no programa Tolerância Zero.

O governo argumenta que “o Plano Plurianual - PPA desempenha um papel central na sistemática de planejamento público do Estado de Mato Grosso. Enquanto instrumento de planejamento de médio prazo, o PPA define para um horizonte de quatro anos, as diretrizes, os objetivos, os programas e as ações do governo, bem como os seus respectivos produtos, indicadores e metas”.

Para o eixo ambiental, voltado à conservação dos biomas de Mato Grosso, o montante previsto é da ordem de R\$ 422,1 milhões. Enquanto para a agricultura familiar inclusiva e sustentável a cifra reservada é de R\$ 1,1 bilhão. Esse valor é oriundo do eixo econômico que totaliza R\$ 2,591 bilhões.

co, eixo ambiental, eixo infraestrutura, eixo digital e eixo institucional.

O eixo social, que envolve as áreas de educação, saúde, segurança pública, assistência social, cultura e

Uma das novidades no PPA 2024-2027 é a inclusão do eixo Digital nas estratégias estabelecidas, que prevê R\$ 961 milhões. A ideia do governo é ampliar e democratizar o acesso da sociedade aos serviços digitais prestados pelo Estado.



CCJR aprova projeto de criação de Fundo de Apoio à Agricultura Familiar



Foto: Marcos Loures

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprovou o Projeto de Lei nº 1992/2023, que visa instituir o Fundo de Apoio à Agricultura Familiar, em reunião ordinária no dia 5 de dezembro. A proposta, enviada pelo governo do estado, recebeu parecer favorável acatando duas emendas apresentadas por deputados.

Uma dessas alterações propostas, a Emenda nº 1, é de autoria do deputado Fabio Tardin (PSB) e prevê que o saldo do fundo que não for gasto, ao fim do ano, seja usado no ano seguinte no mesmo fundo. “O governo diz no orçamento que vai gastar X milhões na agricultura familiar. Infelizmente, por um percalço ou outro, esse dinheiro não chega a ser investido naquele ano. E o dinheiro retornava aos cofres do governo. Nós fizemos uma emenda para que esse dinheiro permaneça no exercício seguinte, que os investimentos sejam realmente alocados para a agricultura familiar”, explicou Tardin, que acompanhou a reunião.

Eduardo Botelho quer ser base de Mauro Mendes na Prefeitura



O deputado estadual Eduardo Botelho (União) revelou que não cometerá os erros dos prefeitos que geriram a capital de Mato Grosso ao serem oposição ao governador. De Dante de Oliveira a Emanuel Pinheiro, todos os chefes do Alencastro em algum momento encamparam a oposição aos seus governadores. As posições segundo avaliação de Botelho trouxeram dificuldades para administração pública de Cuiabá.

Por conta disso, ele se manteria na base do governador Mauro Mendes. “Certamente que continuarei na base. Não tenho interesse nenhum em sair da base. Muito menos virar adversário do Governador, mesmo porque eu vou precisar dele. Por exemplo, fazer um grande trabalho por Cuiabá”, comentou.

Frente Parlamentar da Segurança Pessoal defende direito à legítima defesa



Foto: Angelo Vereda

A Frente Parlamentar da Segurança Pessoal da Assembleia Legislativa de Mato Grosso discutiu, no dia 4 de dezembro, o conceito de Legítima Defesa Armada (LDA) e como a legislação brasileira trata o assunto. O promotor de justiça de Mato Grosso do Sul, Luciano Lara, participou da reunião de forma remota. Atuando na área há 19 anos, Luciano integrou 446 plenários do Tribunal do Júri e analisou mais de 3 mil inquéritos policiais de homicídio e mais de 10 mil inquéritos de crimes residuais.

Em seu relato, o promotor afirmou que, em 19 anos, nunca participou de um Tribunal do Júri em que uma arma legal tenha sido utilizada na prática de um homicídio e que não há estudos que correlacionem a arma legal vendida com a realização dela em crime.

Estudo realizado pela ALMT aponta os principais desafios da agricultura familiar



Foto: IL Siqueira

A pesar dos índices de crescimento alavancados pelo agronegócio, Mato Grosso é um estado marcado pelas desigualdades regionais. De acordo com dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das 141 cidades, 105 têm menos de 20 mil habitantes e apresentam dificuldades para crescer econômica e socialmente.

Para detalhar melhor a realidade de cada região e município, a Assembleia Legislativa realizou estudo que traz informações detalhadas sobre a aptidão econômica de cada região. O relatório faz parte das ações de um grupo de trabalho formado por diferentes entidades ligadas ao desenvolvimento econômico, liderada pela deputada Janaina Riva (MDB). A expectativa, segundo a chefe de gabinete da parlamentar, Quezia Limoeiro, é permitir a criação de políticas públicas e o melhor direcionamento de recursos para promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas do estado.

Deputados votam 38 vetos em duas sessões ordinárias



Foto: Angelo Varela

Em duas sessões ordinárias no dia 6 de dezembro, os deputados estaduais de Mato Grosso limparam a pauta de vetos em tramitação na Casa de Leis. Os parlamentares mantiveram 27 e derrubaram 11 vetos governamentais a projetos aprovados em plenário. Os deputados derrubaram os vetos 110/2023, 117/2023, 82/2023, 83/2023, 98/2023, 99/2023, 75/2023, 86/2023, 90/2023, 95/2023 e 104/2023.

Entre os vetos derrubados está o Veto 117/2023, veto parcial aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 41/2021, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 685, de 25 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Sistema Ferroviário do Estado - SFE/MT. O veto parcial, de autoria do Exe-

cutivo, provocou discussão em plenário. O projeto autoriza a Secretaria de Infraestrutura e Logística (Sinfra) a desapropriar áreas no trajeto da ferrovia estadual. No total, o governador Mauro Mendes (União) vetou quatro emendas que foram aprovadas em plenário.

O deputado Eduardo Botelho (União), presidente da Assembleia Legislativa, que presidia a sessão, argumentou durante a votação que todas as emendas foram vetadas pelo governo. “É prerrogativa da Assembleia, tem que passar por aqui, a Rumo já largou Cuiabá de lado. Em Rondonópolis alteraram sem falar nada. O essencial seria derrubarmos todos”, conclamou Botelho.

Cáceres defende a importância de ter um Plano Diretor

A Câmara Municipal de Cáceres promove uma audiência pública para ouvir gestores e população

Marcio Camilo da Cruz

Qual é a importância de um Plano Diretor para a cidade? Essa foi a pergunta que deu a tônica da primeira audiência pública sobre o Projeto de Lei 079/23, que instituiu o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável de Cáceres. A audiência ocorreu na Câmara Municipal, no mês de dezembro.

O vereador Cézare Pastorello (PT) que participou da audiência destaca que o um novo plano vai possibilitar que o Poder Executivo entenda as reais necessidades da cidade. Mas, para isso, ele precisa ter uma discussão ampla. "Nós sabemos que precisamos de mais desenvolvimento, de mais emprego, e, para isso, nós temos que ter um ordenamento, um zoneamento da cidade para instalação de indústrias e imóveis, limitar essa expansão urbana de Cáceres, com loteamentos e residenciais cada vez mais longe, dificultando o acesso aos serviços públicos, quando a gente tem tantos terrenos vazios no meio da cidade", destaca Pastorello (PT).

Para as próximas audiências, Pastorello propõe que a discussão seja setorializada, como forma de melhor engajar a população no debate. "Porque, para algumas pessoas, vai ter muito interesse a discussão sobre o uso e parcelamento do solo, por exemplo. Para outras, vão interessar o zoneamento industrial, o zonamento de interesse comercial e o zoneamento de interesse histórico. Então, são assuntos distintos, que merecem uma atenção distinta, até porque atendem populares diferentes em Cáceres", avalia.

O vereador Isaías Ribeiro (Cidadania) pontua que, antes de ser aprovado, o plano precisa passar por muita discussão, tanto nas comissões da Câmara, quanto com a sociedade: a principal parte a ser



Projeto de Lei 079/23, que institui o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável de Cáceres.

Foto: Divulgação

afetada pelo projeto.

Relata que o plano começou a ser elaborado pela prefeitura em 2019, mas que a discussão ainda está muito embrionária, e que a medida pode sofrer muitas alterações. "Hoje foi o primeiro passo para apresentar à sociedade. É preciso que, a partir de agora, a sociedade venha para as discussões. A Câmara, através das suas comissões, vai fazer novas audiências públicas, setorialmente, para que não haja nenhum impacto negativo no futuro.

Sem pressa

O vereador Leandro Santos (UNIÃO) reforça que não há necessidade de pressa para a Câmara aprovar o plano, até que a sociedade se envolva completamente nos debates. Defende que os vereadores e vereadoras façam audiências públicas nos bairros e distritos, para discutir o plano diretor efetivamente com a população.

«Não dá para dizer: agora eu tenho o Plano Diretor, e todos os problemas de Cáceres serão resolvidos da noite para o dia. Não tenho pressa nenhuma em votar o Plano Diretor. Até porque, meu voto, vai impactar muito na vida da população

cacerense, de forma geral", avaliou.

Já o presidente da Câmara, Luiz Landim (PV), reforça que as normativas do plano irão ditar qual é a cidade que queremos. "A calçada tem que ser de quantos metros? Está lá no Plano Diretor. Aqui pode construir um bar? Está lá no plano... então, o Plano Diretor vai traçar o desenvolvimento da cidade e dizer qual é a Cáceres que queremos", disse.

A primeira audiência do projeto de Lei 079/23, que instituiu o novo Plano Diretor de Cáceres também contou com a apresentação didática sobre a importância de se ter um plano diretor consolidado, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e sustentável de uma cidade. A apresentação foi feita pelo controlador interno da Câmara, Lucas Sposito.

Apesar da baixa adesão, a audiência contou com a presença de alguns empresários e populares, como lideranças de bairro e servidores públicos. Ainda não há data marcada para a próxima audiência. Também participaram das discussões os vereadores Celso Silva (Republicanos) e Rubens Macedo (PTB).



Várzea Grande: Câmara aprova aumento do número de vereadores

A Câmara Municipal de Várzea Grande, região metropolitana da capital, aprovou o aumento do número de vereadores. Com o aumento populacional, segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município pode aumentar o número de parlamentares. Atualmente, a Casa possui 21 vereadores.

Segundo a Câmara, a Constituição Federal prevê em proporcionalidade o aumento do município. A proposta recebeu as assinaturas necessárias para tramitação. A legislação diz que mais de 300 mil até 450 mil habitantes pode ter 23 parlamentares. O Censo foi divulgado em junho deste ano e constava 299.472 habitantes, mas houve uma atualização e o número subiu para 300.078, o que autoriza o aumento de cadeiras na Casa.



Lucas do Rio Verde: Sandra Barzotto se torna a primeira mulher a chefiar a Prefeitura

A presidente do Poder Legislativo, vereadora Sandra Barzotto, será a primeira mulher a comandar a Prefeitura de Lucas do Rio Verde. Ela assume o cargo no lugar do prefeito Miguel Vaz, que se licenciou.

Sandra afirmou que aceitou o convite para comandar o Poder Executivo como forma de incentivar a participação das mulheres na política. "Realmente, é um orgulho muito grande. Resolvi aceitar porque o prefeito enfatizou a importância da mulher assumir cargos políticos. Espero que, com essa ação, ficando esses dias à frente do Executivo, a gente possa incentivar mais mulheres. Que as demais sintam-se convidadas a fazer parte disso, porque a gente sabe que podemos, junto com os homens, fazer um trabalho de excelência", disse.



Sinop: Debortoli apresenta demandas de trânsito e de obras

Por meio de indicação direcionada à secretaria municipal de Trânsito e Transporte Urbano, o vereador da Câmara Municipal de Sinop, Ademir Debortoli (Republicanos), solicitou que seja feita a revitalização de sinalização horizontal e vertical ao longo da Rua Rio Verde, localizada no bairro Maria Vindilina.

À mesma pasta, com cópia para a secretaria de Obras, o republicano cobrou a implantação de uma faixa elevada para travessia de pedestres em frente à E.M.E.I. Alvorada. “O fluxo de veículos é elevado, e, com isso, muitas vezes alguns motoristas abusam da velocidade na via, de forma que trazem perigos para os transeuntes da região. Ademais, nos arredores do local existem residências, escola, faculdade, ou seja, várias pessoas atravessam essa via. Assim sendo, é necessário que seja implantada uma faixa elevada para que os pedestres façam essa travessia com mais segurança”, disse o vereador.



Rondonópolis: Marildes defende projetos da saúde

A vereadora Marildes Ferreira (PSB) defendeu na Câmara de Vereadores de Rondonópolis a aprovação de projetos para a liberação de recursos para garantir o pagamento dos valores de acordo com a Lei para os Agentes de Combate a Endemias e Agentes Comunitários de Saúde; a parlamentar também defendeu a aprovação do projeto que garante o pagamento do piso da enfermagem aos profissionais da cidade vinculados ao Poder Público.

Marildes que é presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores também defendeu que a prefeitura reforce as equipes de manutenção que atender a secretaria municipal de Saúde.

Cáceres: Câmara conquista Selo Ouro de qualidade de transparência pública


A Câmara de Cáceres conquistou o Selo Ouro de qualidade de transparência, conferido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). A certificação coloca o legislativo cacerense como a segunda câmara mais transparente de Mato Grosso, entre as 141 analisadas.

No estado, a avaliação foi feita pelo Tribunal de Contas (TCE-MT), que aferiu os índices de transparência de 288 portais de órgãos públicos, nas categorias Diamante, Ouro e Prata. Além de casas legislativas, foram avaliados os portais das prefeituras e do Governo do Estado (Poder Executivo), do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública (Poder Judiciário). Nessa classificação geral, a Câmara de Cáceres ficou em oitavo lugar, entre os 288 órgãos públicos analisados.





NEWLINE
SISTEMAS DE SEGURANÇA



Mudou e precisa de um
Sistema de Segurança inteligente?

Conte com a New Line